



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO VI - ESPECIAL EDUCAÇÃO - 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Este número do Massas é dedicado integralmente a avaliar a luta
grevista dos trabalhadores em Educação,
levantar as tarefas e os métodos de luta para derrotar o governo
anti-escola pública e neoliberal de Covas/FHC

- A greve unitária dos trabalhadores em educação obriga Covas a mostrar sua verdadeira face.
- Dos governos policiais de Quércio e Fleury ao “democrático” de Covas, a resposta é a mesma: destruir o ensino público e gratuito.
- Professores, funcionários, estudantes devem se unir com a classe operária em um só movimento contra os governos antinacionais e antipopulares.
 - A situação indica a necessidade da greve geral para derrotar os opressores.

Os professores bolivianos em greve têm sofrido repressão do governo Goni porque estão na vanguarda da luta nacional de massa contra o plano neoliberal (3 leis malditas). O governo prendeu inúmeros lutadores, entre eles os destacados militantes do POR Vilma Plata, Gonzalo Soluco e Miguel Lora.

Nós trabalhadores brasileiros nos solidarizamos ativamente com as massas bolivianas em luta e apoiamos a greve geral decretada nesse país.

A crise do Estado capitalista e a destruição do sistema de ensino público e gratuito.

A resposta dos vários governos democratizantes pós-ditadura militar às reivindicações dos trabalhadores em educação e ao movimento estudantil é de que o Estado está falido. Ao mesmo tempo, dizem que o ensino é a base para o desenvolvimento de uma nação. O fato é que, concretamente, os governos têm destruído gradualmente os alicerces do sistema público e gratuito da educação, reduzindo verbas, sonogando-as ou desviando-as pelos meandros da corrupção, cujos corredores todos eles conhecem muito bem.

A contradição de que o poder burguês sabe da importância da elevação cultural para os próprios interesses dos capitalistas, mas acaba solapando o elemento do ensino, é própria da situação histórica de desintegração da economia monopolista, agravada nos países semicoloniais, como é o caso do Brasil. Um sintoma de tal desmoronamento é a falência dos Estados nacionais. Fenômeno

esse generalizado, abrangendo das potências às semicolônias.

No caso do capitalismo semicolonial, que quer dizer atrasado em relação às potências e subjugado por elas, a falência dos Estados nacionais tem particularidades e consequências imediatamente catastróficas para o desenvolvimento econômico e cultural. Estes deixam de aplicar recursos favoráveis ao crescimento das forças produtivas, que sofrem com o bloqueio do domínio imperialista e carecem das novas conquistas tecnológicas. Tal depressão e atraso rebaixam as necessidades de avanços no âmbito do ensino e da cultura.

O mais grave ainda é que o Estado não só reduz drasticamente as aplicações como aumenta impostos, pagos pelas massas, e age no sentido do empobrecimento geral dos explorados. Em contrapartida, as riquezas se concentram ainda mais nas mãos de grupos capitalistas monopolistas e parasitários.

Sabemos perfeitamente de onde vem a falência do Estado. Sua fonte está no endividamento externo e interno com o capital financeiro. A pilhagem que o imperialismo impõe às semicolônias, auxiliado pelo grande capital interno, barra o desenvolvimento em todos os aspectos. As políticas econômicas dos governos, sejam ditatoriais ou mais democráticos, são dispostas em função de um punhado de financistas e grupos industriais poderosos, cuja única finalidade é aumentar a concentração de capitais a

qualquer custo.

Desta forma, os governos cortam as verbas sociais e culturais. Planejam e executam os orçamentos contra os interesses nacionais e contra a vida das massas. E não é porque o Estado não tem recursos. É que este está penhorado com os agiotas internacionais, que pouco se importam com o fato de que mesmo diante de tamanha concentração de riquezas materiais, técnicas, tecnológicas e cultural-científicas, alcançada pelo capitalismo os países semicoloniais regridam e as massas soçobrem na miséria e ignorância.

Os democratas de plantão, que no fundo são algozes do povo, ao dilacerarem a educação, saúde, instituições técnicas de desenvolvimento etc estão entregando o país ao imperialismo. Estão arrebatando a base social de onde sai a própria exploração e evolução capitalista do país semicolonial, para atender aos interesses das potências imperialistas e de seus bárbaros sócios internos.

Eis porque os trabalhadores da educação têm o dever de procurar a unidade com a classe operária na luta antiimperialista e anticapitalista. E esta, por sua vez, tem a tarefa de superar seu atraso programático e organizativo para se constituir em classe capaz de unir a maioria oprimida, para destruir o capitalismo apodrecido, romper com as travas do imperialismo e se colocar por solucionar todos os problemas em favor da humanidade.

Os trabalhadores precisam organizar uma Frente Revolucionária Antiimperialista

A permanente situação de crise, que aparece na forma de inflação, recessão, desemprego, miséria, colapso dos serviços sociais, falência financeira do Estado etc, está se encarregando de demonstrar aos trabalhadores, que não há outra saída senão lutar duramente contra os governantes e a burguesia. O fracasso dos sucessivos Planos milagrosos (Cruzado I,II, Bresser, Collor I,II, FHC) e a piora de vida das massas, por outro lado, estão ensinando aos explorados a não mais confiarem nos remédios dos capitalistas.

A presente experiência com o Plano Real e a consequente Reforma Constitucional será mais contundente e convincente ainda. Os considerados setores mais democráticos e os quadros mais capacitados da burguesia, timoneados pelo PSDB de Fernando H. Cardoso e pela aliança com a fração mais reacionária da oligarquia (PFL etc), estão obstinados em aplicar um Plano, que vai fundo na

submissão do Brasil ao imperialismo, na limitação à soberania nacional, na destruição de parte das forças produtivas e nos ataques às massas.

Esta via antinacional é tão violenta que atinge inclusive setores da própria burguesia nacional, que vê seriamente ameaçada sua sobrevivência. E isto tem provocado fortes atritos no aparelho do Estado, desestabilizando a política burguesa. Tais choques vêm se agravando deste Collor, porém apenas retardam a aplicação da linha integral pró-imperialista. As pressões internacionais são irresistíveis para a burguesia nacional, que não consegue negociar com as potências e os credores uma saída intermediária. Ocorre que a crise estrutural do capitalismo acumula um potencial explosivo e o imperialismo está obrigado a atingir fundo os países capitalistas atrasados (semicoloniais).

A burguesia interna se mostra débil para defender os interesses nacionais da semicolônia, que são



seus próprios interesses. Para atender as potências e em parte se proteger, recorre à mais selvagem destruição dos serviços públicos, das conquistas sociais elementares e não pestaneja em esmagar os trabalhadores. Tais tendências brutais colocam para o conjunto dos oprimidos a necessidade de tomar atitudes opostas ao reacionarismo em toda linha da burguesia e seus governantes.

Vemos a multiplicação de greves, manifestações, ocupações de terra em todas as partes do país. Porém, essas atitudes ainda são instintivas, ou seja, não ultrapassam as reivindicações econômicas. A burocracia sindical e os reformistas do PT se aproveitam da imaturidade dos movimentos sociais para separar a luta econômica da luta política. Em termos práticos e programáticos, isso significa afastar as massas das grandes tarefas nacionais, deixando a burguesia com as mãos livres para se degladiar em torno dos planos impostos pelo imperialismo. Porém, a agudização da luta de classes vem colocando para os trabalhadores a necessidade de superar sua fragmentação e atraso programático da luta antiimperialista e anti-

capitalista.

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário tem procurado auxiliar a classe operária e demais oprimidos a romperem com o método reformista burguês de separar a luta econômica da política. Trabalhamos em torno do programa que parte das necessidades elementares de sobrevivência da maioria para atingir o estágio da luta contra o imperialismo e seus aliados internos. Trabalhamos pela constituição de uma frente revolucionária antiimperialista, que unifique as massas em uma rede de comitês, centralizados nacionalmente, e que permita aos explorados se armarem de um programa oposto ao do neoliberalismo e ao do reformismo impotente. Em toda greve e em todo o movimento, é um dever colocar para os lutadores os grandes problemas e a necessidade da frente revolucionária antiimperialista.

Potenciar o movimento social contra o governo entreguista

O Plano Real expropriou os salários e os congelou por um ano. Os trabalhadores vêm reagindo ao brutal arrocho salarial. As jornadas grevistas do segundo semestre de 1994 e as greves que vêm ocorrendo demonstram a disposição de luta da maioria explorada. Tais jornadas atingiram todos os setores, desde metalúrgicos, portuários, construção civil, petroleiros e, agora, o funcionalismo público. A greve dos trabalhadores em educação e da saúde, no estado mais rico da federação, e uma alavanca para a mobilização nacional de todos os funcionários. Armou-se no país um quadro grevista que envolve vários setores de trabalhadores.

O problema é que as greves ocorrem de maneira isolada, instintiva, e se limitam aos protestos em seus locais de trabalho. São raras as exceções de grandes manifestações de rua, como a dos educadores. As greves por empresa se tornam impotentes para a derrubada das medidas de arrocho e miséria contidas no Plano Real. Essa política de isolamento do movimento grevista é praticada tanto pelo corrupto Medeiros/Paulinho, da Força Sindical, quanto pelos reformistas da CUT. Ambas as Centrais Sindicais, com diferenças de graus, são incapazes de levar uma luta conseqüente contra o plano antinacional e antipopular. Isso porque implicaria na unidade grevista de todos os traba-

lhadores. A burocracia sindical separa a luta por salário da luta contra o fim das conquistas sociais (Reforma Constitucional). Para conquistar uma melhoria salarial, a burocracia organiza a greve por empresa. E para a defesa da aposentadoria, Previdência estatal etc., a CUT organiza as caravanas e atos limitados à pressão ao parlamento. Como se vê, um mesmo problema é tratado com táticas diferentes. Não há como defender as conquistas históricas dos trabalhadores e a reposição salarial senão através da ação direta das massas.

Convocar a Greve Geral

O governo e seus partidos apoiadores têm dito que é uma minoria que questiona sua política. Frente às manifestações de repúdio em vários pontos do país, Fernando Henrique Cardoso qualificou que se trata de poucos "baderneiros". A verdade é outra. As greves e manifestações indicam a necessidade das massas reagirem através da ação direta ao seu Plano desintegrador. Ocorre que a pulverização dos movimentos impede que demonstre o descontentamento geral da população e sua força real. A minoria é justamente a burguesia e seus representantes do corrupto Parlamento que não pensam duas vezes para golpear a vida dos já sacrificados trabalhadores.

Para enfrentar essa minoria rica e violenta, uma das armas potentes de que dispomos é a greve geral. Ela pode demonstrar à minoria capitalista que a maioria explorada não quer mais carregar sobre suas costas o peso da crise capitalista. O descontentamento da população e os movimentos indicam que há uma forte tendência das massas assumirem esse método radical de resistência e ofensiva contra o Plano de fome e miséria. O problema está em superar a política acanhada e colaboracionista das direções do movimento operário e popular, que querem limitar a revolta instintiva dos trabalhadores a meros atos para pressionar a abertura de negociação no Congresso e no âmbito do governo de FHC. O POR rechaça esse obstáculo político e chama os trabalhadores a se colocarem a favor da organização da greve geral.



A tática do governo Covas para derrotar a greve

Como qualquer governo que tem destruído as condições elementares de ensino, Covas reconhece como justas as reivindicações, porém as nega totalmente. A inflexibilidade no seu atendimento é também a mesma dos governos antecessores. Covas com isso está expressando que o capitalismo não pode sustentar o ensino público e gratuito e que caminha progressivamente para a sua desagregação.

O solapamento do salário e a manutenção da estafante jornada de trabalho espelham a política de sucateamento do ensino.

Covas foi eleito com a imagem de um governo democrático, que substituiu o troglodita e policial Fleury. Entre os educadores, constituiu a imagem de que olharia com outros olhos os graves problemas da educação. Porém, logo revelou a mesma atitude de Fleury/Quércia/Maluf etc quanto à negativa de atender uma miserável reivindicação de 3 salários mínimos. Lança a culpa nos corruptos Quércia e Fleury, que estão livres de qualquer responsabilidade, e ao mesmo tempo privilegia o pagamento das empreiteiras e outros credores, que sempre especularam com o estado.

Esta conduta política nada difere daqueles que Covas acusa. Nesse exato momento, o governo do PSDB está empenhado em derro-

tar a greve dos trabalhadores em educação, assim como estiveram os demais governos. A diferença está no método, que logo poderá ser mudado. Covas se mostra complacente com as manifestações, evitando colocar a tropa de choque como fez Fleury. Ele conta com o tempo para enfraquecer o ânimo grevista. Em seus cálculos, considera como fator de pressão antigreve uma parcela atrasada que insiste em furar o movimento, a atuação dos diretores da Udemo, que abandonam a greve no momento mais importante. E, como último trunfo, espera que a direção das entidades fraqueje e suspenda o movimento.

A experiência de inúmeras greves nos têm demonstrado que os governos ditatoriais fascistas, como Fleury, e os mais democráticos, como Covas, têm em comum o propósito de defender o Estado contra as greves e trabalhar por derrotá-las, ainda que as reivindicações sejam mesquinhas. Uma outra coisa é que há uma alternância no poder do Estado entre governos trogloditas policiais e governos de aparência democrática, para dar continuidade à exploração e opressão social. Os trabalhadores em educação devem responder às manobras democráticas antigrevistas radicalizando no método de mobilização de massa.

Radicalizar os métodos para vencer

Não podemos nos deixar iludir pelas luvas de pelica de Covas, que encobrem punhos de ferro. Está se configurando um grande movimento dos trabalhadores de várias setores, incluindo a saúde, metalúrgico, portuários etc. A primeira atitude de quem quer vencer é colocar seu movimento em unidade com todos os explorados. Cabe à assembléia aprovar a medida de unificação grevista e organização de comandos unitários. O que quer dizer superar o corporativismo sindical.

A resistência de Covas reflete a política geral do governo de Fernando Henrique Cardoso. Não podemos separar as nossas reivindicações particulares da luta geral contra o Plano antinacional e antipopular do governo federal, que esmaga de conjunto a maioria oprimida.

Sem essa determinação de unidade não é possível vencer um governo obstinado em derrotar a greve, em função dos interesses mais gerais dos capitalistas. É uma cegueira acreditar que uma greve de trabalhadores em educação não está em contraposição a tais interesses de empreiteiros, industriais, banqueiros, latifundiários etc.

Uma outra atitude de radicalização dos métodos de luta é a de superar a greve pacífica, que quer dizer uma greve que não afeta a economia, ou seja, os interesses da burguesia, e que não afeta politicamente o governo que a quer derrotar. Nós trabalhadores temos os meios de romper o isolamento social, favorável às manobras de esvaziamento aplicadas pelo governo.

Trata-se de fazer da greve um movimento de massa diário, que bloqueie as atividades da cidade de segunda a segunda. Não podemos ficar como uma assembléia semanal e o restante dos dias na passividade. É preciso em cada dia da semana bloquear um ponto da cidade. Uma atitude de pulso dessa natureza chamará a atenção de toda a população e se chocará com a demagogia democrática do governo. Política e economicamente é insustentável ao governo admitir uma greve que com as massas nas ruas paralise pontos vitais da cidade, realizando marchas e ocupando-os. Outras medidas de radicalização poderão ser tomadas pelos grevistas assim que alcançarem esse patamar de manifestação de massa diária. Nenhum cansaço pode abater os combativos grevistas, caso contrário a batalha estará perdida.

Educação



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Funcionários em greve mostram sua terrível situação

Os funcionários das escolas estaduais, organizados na Afuse, saíram na greve unitária dos trabalhadores em educação, mostrando que já não conseguem sobreviver com as migalhas pagas pelo governo do estado. Os que estão em melhores condições recebem até 121 reais. Mesmo assim, esse não é o salário base. Ninguém acredita que seu valor é de 22 reais, o restante consta como abono, gratificação e outras porcarias. Há uma boa parcela que recebe apenas 70 reais, ou seja, um salário mínimo de fome.

Essa situação vexatória e calamitosa reflete o sucateamento da infra-estrutura escolar. Mas o que ressalta é que os funcionários, tão fundamentais para o funcionamento escolar, expressam a mais selvagem exploração capitalista, fazendo

parte dos milhões de brasileiros que estão perto da pobreza absoluta. O governo Covas ainda tem a petulância de negar a reposição salarial exigida pelos trabalhadores.

Essa situação também se deve à própria direção da Afuse, que tem se omitido constantemente e se negado a organizar as lutas. A presente greve saiu devido à extrema necessidade dos funcionários e não conta com um bom trabalho de base da direção acomodada ao aparelho sindical.

Em um de seus boletins, a direção da Afuse diz que os funcionários não são damas dos professores na greve. A reclamação seria válida se o Sr Bene atacasse a conduta da burocracia da Apeoesp, que foge da unidade como o diabo da cruz. Quanto aos professores grevistas, esses têm se pautado pela unidade.

É sempre a cúpula burocrática do sindicatos que divide e cria animosidade entre os trabalhadores.

As bases dos funcionários têm toda razão em desconfiar de ambas as direções, que separam os trabalhadores. Toda crítica tem de ser uma arma para unir os grevista em comandos de base, nas assembleias gerais e nas manifestações. A política do POR se guia pelo princípio de que enquanto o governo não atender todas as reivindicações de conjunto dos trabalhadores da educação não deverá haver retorno.

O POR em
Educação

Intensificar os comandos de greve

Até o momento, os comandos de greve têm sido de visita às escolas e de esclarecimento aos trabalhadores que resistem à greve. Diferentemente de greves anteriores, os comandos estão reduzidos a poucos educadores. Geralmente constituídos de professores. A Afuse ainda não conseguiu envolver os funcionários para tal atividade. A grande maioria de supervisores e diretores se mantém distante das atividades da greve. Nem mesmo participam das assembleias regionais.

A construção de uma greve de massa e de resistência se faz com os comandos (piquetes). Daí a importância de sua organização. Os piquetes atuam em defesa da classe e, por isso, impedem que uma parcela se coloque do lado do governo, não acatando a decisão da maioria em assembleia.

Os trabalhadores não possuem o mesmo grau de compreensão e elevação política. Uma parte da classe é mais susceptível às pressões da burguesia e do Estado. No momento de greve, esta parcela atua contra os interesses de sua própria classe. Passa a não cumprir as decisões coletivas da maioria, privilegia os problemas individuais, é temerosa e covarde. Os piquetes atuam para demover tais interesses, que são estranhos ao movimento grevista. O comando de greve é expressão concreta da defesa da democracia dos oprimidos.

Os trabalhadores em educação devem assimilar os métodos próprios do proletariado. Os comandos de "visita" terão de evoluir para os verdadeiros piquetes de greve. O governo conta com as leis, a polícia, os meios de propaganda, os chefes e toda

sorte de mecanismo para derrotar o movimento. Por isso, o piquete age impedindo que uma parte da classe seja utilizada como sustentáculo para a ofensiva governamental.

Eleger o comando geral da greve na base e unifica a luta

A greve dos trabalhadores em educação, apesar de unificada, não conta com comandos unificados e eleitos na base. O comando geral de greve é o Conselho de Representantes. Na época de greve, nem sempre os conselheiros são os mais destacados defensores do movimento. Por isso, é parte da democracia sindical a escolha, em assembleia, do comando geral da greve. A assembleia escolhe os mais capazes e destemidos. Ao mesmo tempo, avalia constantemente a atuação de cada elemento eleito para o comando. Caso não esteja cumprindo as funções, a assembleia tem todo o poder para revogar o seu mandato.

A forma como está organizado o Conselho de Representantes impede que haja uma avaliação constante de seus membros. Não é por acaso que volta e meia há denúncias de que conselheiros estão furando a greve. O mecanismo para puni-lo é a Comissão de Ética, composta pela própria burocracia sindical.

O comando geral da greve e a direção do sindicato, respondem politicamente pela execução das deliberações coletivas da classe. O comando é eleito para dirigir a greve e, portanto, sua atuação está limitada ao período da mobilização grevista. Porém, a burocracia sindical é



radicalmente contra a existência do verdadeiro comando de greve. Usa o argumento de que o Conselho de Representantes é o comando de greve. Isto porque exerce sobre a maioria dos conselheiros um controle político. Grande parte dos conselheiros são braços da burocracia nas regiões. Eleger em assembleia, significa, para ela, perder o controle dos chamados dirigentes da greve.

As assembleias regionais devem discutir esse problema do comando e aprovar o método correto de escolher os dirigentes da greve. O poder da assembleia de eleger e revogar o mandato é fundamental para impedir qualquer desvio na condução do movimento.

Construir os comitês de greve

A grande maioria dos trabalhadores se utiliza dos serviços públicos, saúde e educação. O governo entreguista de Fernando Henrique Cardoso e os lacaios dos governadores estão a serviço da implantação da privatização de tais serviços. Iniciam com a redução drástica das verbas para tais serviços e, em seguida, em nome da descentralização os entregam aos municípios falidos. Como reconhece que os estados e municípios não têm condições de manter a saúde e educação gratuitas propõe como saída as parcerias com as empresas privadas. Já são várias as escolas e hospitais públicos que estão sendo sustentadas pelo capital privado em convênio com o Estado. Maluf acaba de inventar as cooperativas de saúde que são uma ponte para liquidar o sistema municipal. Esse é um meio para se chegar à privatização total.

A maioria das escolas de 3º grau já é privada. Boa parte do 2º grau caminha para isso. O objetivo do Plano Decenal é assegurar unicamente o ensino de 1º grau gratuito. Como se vê, caberá às massas oprimidas somente o acesso ao ensino básico. Portanto, são medidas que alimentam a elitização do ensino. Nada tem a ver com o direito a educação a todos, uma reivindicação democrática.

A defesa da escola pública, gratuita, laica e autônoma é uma tarefa de todos os trabalhadores oprimidos. Nesse sentido, a constituição de comitês de greve nos bairros é a forma de organizar a comunidade no combate às medidas privatistas do governo. A vitória da greve depende da ação organizada desses comitês, que juntamente com os educadores, combaterão a violência reacionária do governo contra a escola e a saúde públicas.



A greve dos trabalhadores em educação e a traição da Udemo

Desde o dia 24 de março, os trabalhadores em educação estão em greve. A paralisação atinge 70% da categoria, envolvendo professores, funcionários, diretores e supervisores. A reivindicação central defendida pela diretoria das entidades é de três salários mínimos emergenciais. As primeiras propostas do governo se resumiam a 180 reais, na forma de gratificação. Na última assembleia de 7/de abril, Covas ofereceu três referências e mais um complemento de piso para os professores que não atingissem os 180 reais.

As negociações não têm surtido nenhum efeito. Covas está irredutível. Com a aparência de democrático, porque negocia a toda hora com as entidades, se mantém no firme propósito de não atender a vergonhosa reivindicação de 3 salários mínimos. Por outro lado, pressiona para que as direções sindicais apresentem uma contra-proposta, o que quer dizer rebaixar ainda mais a reivindicação. Para quebrar a resistência da classe, o governo conta agora com mais um aliado: a Udemo (entidade de diretores), que decidiu quebrar a unidade grevista.

Para quebrar a greve, o tucano Covas se utilizará da autoridade dos diretores para pressionar uma parcela da classe mais vacilante com a luta. Os diretores serão usados

para implementar as medidas punitivas aos grevistas e também exercerão forte pressão para que as outras entidades do magistério recuem. É bem provável que a próxima a se curvar perante o governo será o CPP (Centro do Professorado Paulista), que tem como direção o arqui-peleto Sólon Borges, afastado para ocupar o cargo de vice-prefeito de Maluf. Como se vê, a política de Covas para quebrar o movimento não se difere dos governos anteriores.

A traição da Udemo deve ser combatida pelos grevistas. Nesse sentido, os diretores mais conscientes devem rechaçar a conduta divisionista da diretoria e exigir que a Udemo retorne à greve. Qualquer divisão favorece a política sucateadora do governo do PSDB. A assembleia unitária decidiu pela continuidade da greve e, nesse sentido, não há que acatar a decisão burocrática (isolada) da diretoria da Udemo.

Para combater a ofensiva do governo é preciso ampliar a unidade grevista. A unidade com a saúde deve ser um primeiro passo para a construção da greve geral do funcionalismo público paulista. Porém, a derrubada das medidas de arrocho e privatização dos serviços públicos, implica numa ação organizada do conjunto dos trabalhadores do país.

O movimento de Oposição e a greve

O movimento de oposição à diretoria da Apeoesp foi constituído pelo PSTU, POR, Causa Operária, Liga Comunista e independentes. O Coletivo de Trabalhadores de Diadema participou na origem e acabou rompendo sem que houvesse a luta política contra as posições centristas do PSTU, corrente majoritária da Oposição.

O que ressalta na situação grevista é que a Oposição está dissolvida. A fragmentação das correntes que se reivindicam de uma política classista facilita a ação das direções burocráticas, que evitam um confronto mais aberto com o governo Covas. A dissolução da Oposição no fogo da luta, quando é mais necessária uma frente de defesa de uma greve firme e combativa, demonstra que tais correntes têm interesse de se unir apenas nos momentos de eleição sindical. É nas situações de maior conflito, como a greve, que a linha política das correntes é testada na sua consistência revolucionária. O PSTU como a maior corrente da Oposição carrega em suas costas uma particular responsabilidade. A sua negativa em atuar como uma sólida Oposição à direção burocrática da greve se deve ao conteúdo de sua política e da ambígua tática correspondente.

A linha do PSTU, para o movimen-

to sindical, pouco se difere, nos momentos mais agudos da luta grevista, da Articulação. Tem como tática abarcar os setores descontentes com a política do PT e da direção da CUT e, por isso, se opõe ao combate aberto contra a burocracia sindical. Na ocupação da Assembléia Legislativa, se opôs à resistência e votou pela saída pacífica dos grevistas. Nas greves, tem sido prática a defesa de posições em conjunto com a diretoria da Apeoesp. Na greve atual, se colocou contra seu início no dia 17 e se aliou com as diretorias das entidades prorrogando o início do movimento para o dia 27 de março. A prorrogação foi uma tentativa das diretorias de realizar uma greve por tempo determinado e tentar obter uma negociação que frustrasse a greve por tempo indeterminado. Essa manobra fracassou devido à intransigência de Covas. Até agora não apresentou nenhuma proposta para a radicalização do movimento. Com certeza, fará coro com a diretoria na defesa da suspensão do movimento, como fez em greves passadas.

Essa conduta centrista do PSTU tem sido um entrave para o movimento de oposição. Acaba confundindo o professorado, porque ora fala como oposição ora está junto com a Articulação.

No Congresso da CNTE, janeiro de 1995, o PSTU se negou a batalhar pela convocação de uma plenária nacional de oposição, preferindo os conchavos com as correntes petistas para colher votos e, com isso, fazer parte da direção da CNTE. A tática fracassou e, na última hora, recorreu à Oposição para a constituição de uma chapa. Esse método aparelhista do PSTU tem dificultado a construção de uma oposição classista e de luta.

Diante do esfacelamento da Oposição, o POR defende a convocação de uma plenária, de comum acordo entre as correntes e militantes independentes, para se estabelecer uma linha unitária de radicalização do movimento grevista e formação de uma nova coordenação. Essa plenária não pode ser resultado aparelhista e oportunista de qualquer uma das tendências.

EDUCAÇÃO



Salários dos professores no Brasil e a orientação do Plano Decenal

Na maioria dos estados brasileiros, o professorado recebe menos que 2 salários mínimos, por 20 horas semanais. O salário base na Bahia é de 140 reais, no Rio de Janeiro, de 130 reais, em Minas, 156 reais, Espírito Santo, de 177 reais, Pernambuco, 170 reais, Paraíba, de 49,67 reais e, em São Paulo, 141 reais. São raros os estados que ultrapassam 200 reais, como por exemplo, o Acre que é de 222 reais. Como se vê, não há nenhum estado do país em que o salário se aproxima do salário mínimo real, hoje em torno de 800 reais. Esses dados por si só comprovam a miséria dos trabalhadores em educação. Os baixos salários refletem o sucateamento imposto à educação pública no país.

A Conferência Nacional de Educação para Todos, organizada pelo governo Itamar (1994) para implementar o Plano Decenal, impôs à direção da Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Educação

(CNTE) um acordo de um piso nacional de 300 reais. Nem essa miséria foi implementada pelos governos. A traição da diretoria da CNTE de rebaixar a reivindicação histórica dos educadores deixou-a desarmada para lutar contra as medidas privatistas contidas no Plano Decenal e a obrigou a limitar a luta pelo salário unicamente nos limites estabelecidos por tal acordo. Não é por acaso que as direções falam em um piso emergencial de 3 salários mínimos. Essa é a prova mais contundente da colaboração da CNTE com o Estado burguês, destruidor da educação pública.

A burocracia sindical diz que a defesa do salário mínimo real arrebatou a economia do país. Por detrás disso está a defesa da manutenção do sistema de exploração do trabalho e da superexploração. A exigência do salário mínimo real é para que a classe não seja mutilada. É o direito elementar de sobrevivência. Essa é uma reivindicação democrática que unifica as massas oprimidas contra o Es-

tado opressor. Nesse sentido, dissemos: Que arrebatou a economia burguesa, mas não mutilou a maioria trabalhadora.

Que a CNTE rompa com o Acordo Nacional

Os governos não cumpriram com os miseráveis 300 reais. Estão empenhados em aplicar as medidas neoliberais na educação, contidas no Plano Decenal. O Ministro da Educação, Paulo Renato, estabelece as regras para o sistema de parcerias, ou seja, convênios com a iniciativa privada. Está em curso a privatização da educação pública, que se

faz através da tão falada descentralização.

O governo de Fernando Henrique acelera a Reforma Constitucional, para eliminar as poucas conquistas sociais, como a aposentadoria especial, por tempo de serviço e a estabilidade dos professores. Os governadores estão

cumprindo as diretrizes traçadas pelo Plano Real, por isso estão empenhados em manter o maior arrocho salarial.

A defesa da escola pública e das reivindicações históricas da classe são incompatíveis com a política colaboracionista da diretoria da CNTE. Os trabalhadores em educação de-

vem exigir que a CNTE rompa definitivamente com o Acordo Nacional e convoque imediatamente a greve geral da educação. Não há outro caminho senão a luta nacional contra o neoliberalismo, responsável pelo avanço da privatização do ensino e pelo brutal arrocho salarial.

Rose Neubauer: mais uma impostora

A Secretária da Educação do governo Covas faz demagogia com a miséria do professorado. Diz ela que os salários estão baixos, mas afirma que o governo oferece "o possível". Para a secretária, o possível é a manutenção dos míseros 141 reais.

Afirma que a discussão de salários e carreira não faz muito sentido descolada de outras medidas que estão ocorrendo. Quer dizer a secretária que não é hora de reivindicar salário e sim de esperar a decisão da comissão, criada pelo governo. Ela mesmo diz que, por volta do mês de junho, é possível que a tal comissão apresente alguma proposta.

Ao mesmo tempo que fala na melhoria da qualidade de ensino, para isso está empenhada na aplicação dos exames para avaliação do desempenho das unidades escolares, é a responsável pela demissão de 4.200 seguranças escolares, 60 inspetores, 8 coordenadores, 15 funcionários administrativos, na desativação dos serviços de manutenção escolares e na sustentação do mais brutal arrocho salarial dos trabalhadores em educação. Como melhorar a qualidade do ensino se as medidas impostas visam liquidar com as condições de trabalho?

Os estudantes perante a falência do ensino

Dissemos que a falência indissociável da educação é o espelho do esgotamento e desintegração do sistema econômico capitalista, que atingiu a fase última de maturidade com a forma monopolista de produção e parasitismo do capital financeiro. Esta base econômica-histórica da quebra do ensino e de todos os demais males não pode ser desconhecida ou omitida.

Os estudantes, que se preparam para ingressar na produção ou que já servem de mão de obra escrava moderna (assalariada), recebem também o impacto da crise. Certamente, com mais intensidade ainda. Há ainda uma grande camada que sequer pode frequentar a sucata escolar ou que a assiste por um pequeno período.

Desde cedo, os capitalistas faustos planejam o futuro da juventude destruindo os alicerces da escola, que perde cada vez mais função diante das travas impostas às forças produtivas (trabalho, máquinas e tecnologia) pela propriedade monopolista de produção e distribuição das riquezas. Os governos executam cortes orçamentários, pisoteiam as condições elementares dos docentes e funcionários, imbecilizam os educadores, transformando-os em autômatos repetidores das velharias livrescas, às vezes com ares de modernidade, filtrada pelas editoras de livros didáticos. Os jovens estudantes, que têm a possibilidade de ir à escola, estão obrigados a colocar suas mentes a serviço do obscurantismo anticientífico e da cultura mecanicista, desvinculada das necessidades de transformações em favor da maioria oprimida.

A elevação da consciência e dos conhecimentos transformadores estão na razão direta da luta contra esta realidade, condicionada pela caduca e corrupta classe burguesa. O apoio estudantil à greve dos trabalhadores da educação é uma importante atitude nesse sentido. O fato do apoio ativo ser ainda muito limitado mostra a escassa organização e politização da juventude. O que é de interesse da burguesia.

Reconstruir os grêmios e varrer as velhas direções vendidas aos governos

É inadiável se reestruturar o movimento secundarista e universitário sobre novas bases. O que quer dizer construir novas direções libertas da política aparelhista, manobrista e cupular das velhas direções colaboracionistas, representadas pelos estalinistas do PCdoB, MR-8 e pelos novos reformistas do PT.

Estas correntes dominam a UNE, DCEs, UBES etc há tempo e as têm submetido à política do Estado burguês. Eis porque não conseguem dar um passo consistente na luta de massa pelo ensino público e gratuito. Têm praticamente anulado as organizações estudantis diante da tremenda crise econômica e política, arrebanhando os estudantes de quando em quando atrás de eleições, de reformas parlamentares como a LDB, que preserva o ensino privado e religioso etc. Têm criado a imagem tão agraciada pela burguesia dos inofensivos cara-pintadas, que seguiram a canção dos partidos patronais coligados com os reformistas nas mamobras do impeachment, que substituiu Collor pelo pró-imperialista Itamar Franco, tão inimigo da educação quanto o presidente anterior.

Uma outra consequência nefasta destas direções moderninhas é de que têm bloqueado o surgimento de uma rede de grêmios independentes. São avessas à organização de base, porque é delas que nascem as lutas de massa organizadas e é por onde os estudantes realizam suas experiências próprias contra a opressão.

E mais, são os organismos de base interligados que podem controlar as direções e varrer aquelas correntes afeitas ao dinheiro dos governos. Ou seja, que são pagas para construir aparelhos de controle das lutas e de colaboração com os opressores. Outra vez a greve originada na educação se encarrega de mostrar a incapacidade de luta de tais correntes vendidas e a necessidade das bases estudantis reconstruírem os grêmios e expulsarem tais ventilhas de sua organizações, como UNE, UBES, etc.



A repressão malufista

Os professores e funcionários municipais realizaram uma massiva manifestação contra o fim da aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria especial, a privatização da Previdência e o plano privatizador da saúde municipal. Em seguida, a passeata se dirigiu da Câmara Municipal para a Praça da Sé, onde se encontrou com a manifestação de aposentados e previdenciários.

A concorrência massiva dos municipais contrariou a ameaça do prefeito Maluf de demitir ou sansionar os manifestantes. É prova de que uma camada dos trabalhadores está compreendendo que sem uma dura resistência às medidas neoliberais serão pisoteados muito além do que já são pelo poder burguês.

O prefeito Maluf não tem feito outra coisa senão desmontar o ensino municipal e a saúde de acordo com a

cartilha do imperialismo. O pouco conquistado sob o governo reformista do PT está sendo retirado em dobro. De um lado, o feitor Maluf quebra as pequenas melhorias, na esfera municipal; de outro, o afável Covas mantém o quadro de descalabro e demite em massa funcionários estaduais. E, na ponta federal, a coligação PSDB, PFL, PMDB em torno de Fernando H. Cardoso planeja a privatização das universidades e outras medidas antinacionais e antipopulares.

Vemos que se trata de uma mesma política, com vasos comunicantes e pequenas variações. Entretanto, o ato dos municipais careceu de dar uma resposta geral contra o Plano e a maldita Reforma Constitucional. As direções do movimento, de reformistas a estalinistas, passando pela imprópria presença de representante do PSDB, a presidenta da Associação de Orien-

tadores Educacionais, se limitaram a posições corporativistas, desvinculando a luta pela aposentadoria da ofensiva privatizante pró-imperialista da reforma na ordem econômica.

Procurou-se evitar ataque a Fernando H. Cardoso, concentrando-se apenas em Maluf. Evitou-se expor a raiz do problema, que é a ofensiva do imperialismo e a política entreguista do governo e partidos burgueses. O POR entrevistou com seu panfleto, chamando a luta global pela derrubada integral do Plano de fome e miséria, defendendo as reivindicações das massas e pela constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista.

Educação

A luta dos trabalhadores em educação na Bolívia

Todo apoio à luta dos professores na Bolívia

Os professores bolivianos, especialmente os de La Paz, têm se destacado como um dos pilares das lutas contra a ofensiva neoliberal do governo Goni, constituído pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que no passado foi nacionalista e hoje assume posições pró-imperialistas. A politização dos professores pacenhos se deve à presença do Partido Operário Revolucionário, que se destaca na vanguarda da luta da maioria nacional oprimida. Publicamos abaixo dois textos do POR boliviano, referentes à educação e revolução.



**Bolívia:
Professores:**

Opomo-nos à reforma do Banco Mundial porque elimina as bases da educação

O governo burguês de turno e seus lacaios se fazem de surdos e cegos. Os educadores revolucionários, particularmente os de La Paz, têm expressado publicamente em todas as reuniões sobre a educação, que não existe nenhuma possibilidade de se aceitar a reacionária e pró-imperialista lei de Reforma Educacional, promulgada por Goni, instrumento dos gringos, da "antipátria", como gostavam de dizer os movimentistas, porque agora dão as costas ao problema mais fundamentais e insubstituível

da educação. Entretanto, os oficialistas encontram formas para tapar os ouvidos e vedar os olhos.

A oposição à lei burguesa, obscurantista e destruidora dos alunos e do homem, não se deve unicamente à diminuição dos salários, desqualificação da profissão dos educadores, desconhecimento dos benefícios e conquistas sociais etc. Existe algo fundamental que determina que a mencionada lei seja inviável, prejudicial para a educação, um retrocesso às numerosas inovações introduzidas

no ensino ao longo dos anos. O que é fundamental é que a teoria do conhecimento constitui a essência do ensino. Para a lei gonista não existe nada disso, passa por alto a questão e se concretiza na oferta de algumas fórmulas para ensinar a ler e a escrever em menor tempo possível e com economia de dinheiro.

A questão fundamental é o conhecer. A escola-universidade deve canalizar os educandos para o conhecimento da natureza e da realidade social. Conhecer é atuar sobre a realidade para transformá-la e permitir que o educando se transforme e consiga revelar as leis do desenvolvimento e transformação da natureza e da sociedade.

A escola-universidade deve ter por finalidade - agora não tem - desenvolver plenamente a individualidade, desenvolver sua potencialidade. Para isso o homem tem de conhecer a si mesmo, saber em que plano poderá desenvolver-se como individualidade.

A lei que está em discussão ignora tudo isso, o que a torna inaceitável. Além disso, é um instrumento das multinacionais, inte-

ressadas na superespecialização de seus escravos para que possam render mais. A separação entre a teoria e a prática se aprofunda e o homem acaba totalmente desumanizado, cretinizado. Isso simplesmente não pode ser aceito e tem de ser combatido com toda energia.

A separação entre teoria e prática é inerente à essência do capitalismo e por isso proclamamos em voz alta que a nova escola, a que permitirá humanizar o homem (será o homem novo), será produto da sociedade nova. Por isso, nossa luta é essencialmente revolucionária (violenta e política).

(Traduzido do Jornal Massas nº1455, Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

O que podemos dizer agora sobre o homem novo de dentro do ventre do capitalismo envelhecido?

O capitalismo destrói o homem e a natureza. Por sua essência separa a prática e a teoria e assim deforma o homem

Suportamos as consequências desastrosas do capitalismo que vive sua etapa de total decadência. Tem destruído o homem e a natureza.

Por sua essência, por sua estrutura econômica, o capitalismo separa a teoria e a prática, que voltará a unir-se no homem quando a propriedade social substituir a grande propriedade privada dos meios de produção.

A desumanização do homem começou quando as forças produtivas se concentra-

ram no proletariado não proprietário e a teoria na minoria burguesa que maneja o Estado e o processo de produção.

Nenhuma receita pedagógica ou administrativa pode sanar esta separação entre o trabalho muscular ou físico e o intelectual.

Na atualidade esta deformação do homem, sua destruição é projetada a extremos impensáveis, porque as multinacionais, sedentas de descomunais lucratividades, estão empenhadas em usar a escola-universidade para robotizar o homem, que será o ponto culminante de sua cretinização.

O que será o homem novo?

Humanizar-se-á ao unir a prática transformadora com sua assimilação, criando teoria

O homem é parte da natureza e vive em sociedade para poder produzir sua vida. O homem atual arrasta todas as taras e limitações do capitalismo, é sua criatura, coisa que não tem remédio, ainda que lamentemos essa realidade. O homem novo será produto da sociedade sem classes e sem Estado. A escola-universidade funcionará como instrumentos que contribuam para a formação deste homem novo.

O homem novo será aquele que humanize ao unir a prática transformadora da realidade (que é o verdadeiro conhecimento) com sua assimilação criando teoria.

O homem novo será a unidade entre trabalho manual e intelectual, certamente que não como um tormento ou maldição bíblica, mas como uma atividade necessária para o desenvolvimento individual. Isso só pode dar-se na sociedade comunista, que supõe um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas em relação ao nível hoje alcançado. A máquina poderá produzir o necessário para suprir todas as necessidades da sociedade.

Podemos sintetizar nosso pensamento indicando que o homem novo será fundamentalmente diferente da caricatura de ho-

mem que criou o capitalismo. No futuro, a natureza poderá florescer plenamente nesse homem novo.

Como se concretizará? Deixará de triturar seu vizinho por um pedaço de pão, dará à sociedade o que pode e receberá o que necessita; desenvolverá a plenitude de sua individualidade

O homem do futuro poderá se transformar radicalmente em relação à criatura monstruosa do capitalismo, porque deixará de existir em torno da luta por um pedaço de pão, que o converte em inimigo dos outros homens, já não pulverizará seu vizinho para ser mais rico que ele etc.

Não falamos de uma utopia, mas sim de uma realidade que corresponderá à transformação radical da estrutura econômica da sociedade.

Sob o comunismo, o homem dará à sociedade somente o que suas forças permitam e receberá desta tudo que necessita para viver e desenvolver-se humanamente. Terá chegado ao fim dessa desigualdade, superando a atual atividade capitalista destruidora do homem. O homem novo será aquele que desenvolva a plenitude de sua individualidade e de suas aptidões.

Traduzido da La Colmena - nº 1180, escrita por Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

